

## CONSELHO DE MINISTROS

### Resolução n.º 149/2025 de 30 de dezembro

**Sumário:** Aprova a Carta Sanitária de Cabo Verde 2025.

A Carta Sanitária constitui um instrumento estruturante da política de saúde, orientador do planeamento, da organização e do desenvolvimento da Rede Nacional de Serviços de Saúde, assegurando a coerência territorial da oferta, a racionalização dos investimentos públicos, a integração dos níveis de cuidados e a utilização eficiente dos recursos humanos, tecnológicos e financeiros do setor.

Desde a aprovação da primeira Carta Sanitária, em 1999, Cabo Verde registou progressos estruturais consistentes e sustentados no domínio da saúde pública, refletidos na consolidação dos cuidados de saúde primários, na expansão da rede de infraestruturas sanitárias e na melhoria contínua dos principais indicadores de saúde. Estes ganhos traduzem-se numa esperança média de vida atualmente superior a 76 anos, em níveis de mortalidade materna e infantil entre os mais baixos da região africana, numa cobertura vacinal elevada e mantida ao longo das últimas décadas, bem como no reconhecimento internacional de Cabo Verde como país livre de paludismo, sarampo e rubéola. Paralelamente, verificou-se uma expansão progressiva do acesso a cuidados essenciais em todas as ilhas habitadas, contribuindo para a redução das desigualdades territoriais e para o fortalecimento da coesão do Sistema Nacional de Saúde.

Não obstante estes avanços, o país enfrenta atualmente novos desafios decorrentes da transição demográfica e epidemiológica. O envelhecimento progressivo da população, associado a mudanças nos estilos de vida e nos determinantes sociais da saúde, resultou num aumento significativo da prevalência das doenças crónicas não transmissíveis, em particular das patologias cardiovasculares, oncológicas, renais, metabólicas e respiratórias crónicas, que constituem hoje as principais causas de morbidade, mortalidade e pressão financeira sobre o sistema de saúde. Este novo contexto evidencia limitações estruturais na capacidade nacional de resposta a patologias de elevada complexidade clínica e tecnológica, com impacto direto na dependência de evacuações médicas internas e externas.

A Carta Sanitária de Cabo Verde 2025 responde a este contexto através de uma abordagem integrada, prospetiva e baseada em evidência, estabelecendo orientações estratégicas para a reorganização territorial e funcional da rede de cuidados de saúde. O documento define como eixos estruturantes a consolidação e criação de Regiões Sanitárias enquanto unidades de planeamento e coordenação territorial, o reforço e a redefinição das carteiras de serviços dos Hospitais Regionais e Centrais, a construção e modernização de infraestruturas de saúde, com particular destaque para o Hospital Nacional de Cabo Verde, enquanto polo máximo de complexidade clínica, ensino médico, investigação e inovação e a incorporação da saúde digital,



da governação clínica e da sustentabilidade financeira como pilares do Sistema Nacional de Saúde.

A implementação do Plano Nacional de Formação Médica Graduada e Especializada (2026–2045) é reconhecida como fator determinante para a funcionalidade e sustentabilidade da rede de cuidados de saúde, permitindo melhorar progressivamente o rácio profissionais de saúde/população, assegurar uma distribuição mais equitativa dos recursos humanos no território nacional, reduzir a dependência de cooperação externa e reforçar a autonomia sanitária do país. A articulação entre planeamento da rede, qualificação do capital humano e investimento em infraestruturas constitui um eixo central da modernização do sistema.

A Carta Sanitária de Cabo Verde 2025 assume, deste modo, um papel central na consolidação dos ganhos alcançados ao longo das últimas décadas, na resposta estruturada aos desafios emergentes da transição epidemiológica e demográfica e na construção de um Sistema Nacional de Saúde mais equitativo, resiliente, integrado e orientado para as necessidades presentes e futuras da população cabo-verdiana, em alinhamento com os compromissos nacionais e internacionais do Estado de Cabo Verde.

Assim,

Nos termos do n.º 2 do artigo 265º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

### **Artigo 1º**

#### **Aprovação**

É aprovada a Carta Sanitária de Cabo Verde 2025, cujo texto integral constitui anexo à presente Resolução, da qual faz parte integrante.

### **Artigo 2º**

#### **Natureza e efeitos**

1 - A Carta Sanitária de Cabo Verde 2025 assume natureza de instrumento estratégico de planeamento do setor da saúde, vinculando a atuação dos serviços e organismos da administração pública, direta e indireta, no domínio da saúde.

2 - As políticas, programas, investimentos públicos, reorganizações da rede de serviços e decisões estruturantes do setor da saúde devem conformar-se às orientações, princípios e prioridades definidos na Carta Sanitária de Cabo Verde 2025.



### Artigo 3º

#### **Divulgação e operacionalização**

1 - A Carta Sanitária de Cabo Verde 2025 é disponibilizada nos sítios oficiais na *internet* do Governo e do Ministério da Saúde.

2 - O Ministério da Saúde assegura a divulgação, monitorização e integração da Carta Sanitária de Cabo Verde 2025 nos instrumentos de planeamento, programação e financiamento do Sistema Nacional de Saúde.

### Artigo 4º

#### **Entrada em vigor**

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho de Ministros, aos 23 de dezembro de 2025. — O Primeiro-Ministro, *José Ulisses Pina Correia e Silva*.

## ANEXO

(A que se refere o artigo 1º)

### CARTA SANITÁRIA DE CABO VERDE 2025

#### 1. Enquadramento Geral, Constitucional e de Política Pública

O direito à proteção da saúde constitui, desde a proclamação da independência nacional em 1975, um direito fundamental consagrado constitucionalmente no âmbito dos direitos e deveres sociais, incumbindo ao Estado a responsabilidade de assegurar através de políticas públicas adequadas, da organização racional da prestação de cuidados e da garantia de acesso universal e equitativo a serviços de saúde de qualidade.

Este direito materializa-se através do Serviço Nacional de Saúde (SNS), enquanto serviço público essencial, cuja organização tem sido progressivamente ajustada às especificidades geográficas, demográficas, económicas e sociais de Cabo Verde, enquanto Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento. A insularidade, a dispersão territorial, a limitada escala demográfica e a dependência externa constituem fatores estruturantes que condicionam a organização e a sustentabilidade do sistema de saúde, exigindo instrumentos de planeamento rigorosos, integrados e prospectivos.

Em consonância com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, Cabo Verde reafirma o princípio de “não deixar ninguém para trás”, assumindo a saúde como eixo central do desenvolvimento humano, da coesão social, da redução das desigualdades e da competitividade económica do país.

Neste contexto, a Carta Sanitária de Cabo Verde 2025 afirma-se como instrumento estruturante de governação do setor da saúde, orientado não apenas para responder às necessidades atuais da população, mas sobretudo para sustentar as opções estratégicas do país nas próximas décadas.

#### 2. Evolução do Sistema Nacional de Saúde e Ganhos Estruturais

Desde a aprovação da primeira Carta Sanitária, em 1999, Cabo Verde registou ganhos estruturais consistentes e sustentados no domínio da saúde pública, amplamente reconhecidos a nível regional e internacional. Estes progressos resultaram de investimentos continuados nos cuidados de saúde primários, da expansão da rede de infraestruturas sanitárias, da qualificação progressiva dos recursos humanos e do fortalecimento da vigilância epidemiológica.

A consolidação destes ganhos constitui um ativo estratégico nacional. Todavia, a sua sustentabilidade exige atualização permanente dos instrumentos de planeamento e incorporação de novas abordagens organizacionais, tecnológicas e científicas.



### 3. Transição Demográfica, Epidemiológica e Novos Desafios

Apesar dos avanços alcançados, Cabo Verde enfrenta atualmente desafios estruturais associados à transição demográfica e epidemiológica. O envelhecimento progressivo da população, associado a alterações nos estilos de vida e nos determinantes sociais da saúde, resultou num aumento significativo da prevalência das doenças crónicas não transmissíveis, em particular cardiovasculares, oncológicas, renais, metabólicas e respiratórias crónicas.

Este novo perfil epidemiológico concentra hoje a maior carga de morbidade, mortalidade e pressão financeira sobre o sistema de saúde, evidenciando limitações estruturais na capacidade nacional de resposta a patologias de elevada complexidade clínica e tecnológica, refletidas na persistente dependência de evacuações médicas internas e externas.

A Carta Sanitária 2025 responde a este contexto propondo uma reorganização profunda, integrada e territorialmente equilibrada da rede de cuidados de saúde, reforçando a capacidade resolutiva interna e a continuidade assistencial.

### 4. Visão Estratégica de Longo Prazo

A Carta Sanitária de Cabo Verde 2025 assume uma visão estratégica de longo prazo, concebida para orientar o desenvolvimento do Sistema Nacional de Saúde nas próximas décadas. Trata-se de um instrumento propositivo, dinâmico e adaptativo, capaz de acomodar transformações demográficas, epidemiológicas, tecnológicas e institucionais.

A visão estratégica assenta nos seguintes pilares:

- Equidade territorial e acesso universal aos cuidados;
- Reforço da capacidade resolutiva nacional;
- Integração funcional da rede e continuidade assistencial;
- Transformação digital e inovação tecnológica;
- Desenvolvimento e valorização do capital humano;
- Sustentabilidade financeira e governação clínica baseada em resultados.

Neste enquadramento, a construção do Hospital Nacional de Cabo Verde assume papel estruturante como polo máximo de complexidade clínica, ensino médico, investigação científica e inovação biomédica.

## 5. Objetivos Estratégicos

A Carta Sanitária de Cabo Verde 2025 define como objetivos estratégicos:

- Reorganizar territorialmente a rede de cuidados com base em Regiões Sanitárias funcionais;
- Reforçar e redefinir as carteiras de serviços dos Hospitais Regionais e Centrais;
- Implementar e atualizar o Pacote de Serviços Essenciais de Saúde (PSES);
- Integrar tecnologias digitais, inovação diagnóstica incluindo a telemedicina;
- Promover investigação clínica, científica e ensaios clínicos;
- valorizar e operacionalizar as novas carreiras dos profissionais de saúde;
- Reduzir estruturalmente as evacuações médicas;
- Assegurar sustentabilidade financeira e eficiência do SNS.

## 6. Metodologia Adotada

A elaboração da Carta Sanitária de Cabo Verde 2025 baseou-se numa metodologia técnico-científica rigorosa, combinando análise documental, análise estatística, estudos de oferta e procura e um processo participativo alargado.

Foram realizados ateliers nacionais de recolha de subsídios e de validação, envolvendo dirigentes do Ministério da Saúde, gestores hospitalares, profissionais de saúde, universidades, ordens profissionais, agências reguladoras, organizações não governamentais, parceiros de desenvolvimento e representantes da sociedade civil, incluindo a Organização Mundial da Saúde (OMS).

Estes ateliers permitiram igualmente realizar uma avaliação crítica da implementação da Carta Sanitária de 1999, identificando ganhos, limitações, constrangimentos e lições aprendidas, constituindo uma base sólida para projetar a presente revisão de forma realista, informada e orientada para resultados sustentáveis.

## 7. Organização da Prestação de Cuidados de Saúde

A Carta Sanitária reafirma a organização do SNS segundo o modelo da pirâmide sanitária, estruturada em cuidados primários, secundários e terciários, reforçando a integração funcional entre níveis e a continuidade assistencial.

O reforço da rede de cuidados primários constitui um eixo central, através da construção de novos

Centros de Saúde, da elevação funcional das Unidades Sanitárias de Base a Postos Sanitários e destes a Centros de Saúde, sempre que critérios técnicos e de sustentabilidade o justifiquem.

## **8. Transformação Digital, Inovação Diagnóstica e Investigação**

A Carta Sanitária integra de forma estruturada a transformação digital do SNS, incluindo sistemas de informação interoperáveis, telemedicina, inovação diagnóstica, inteligência artificial aplicada à imagiologia e ao apoio à decisão clínica.

Integra igualmente a investigação clínica e científica como componente indissociável do sistema, promovendo estudos epidemiológicos, investigação translacional e ensaios clínicos, em articulação com universidades e redes internacionais.

## **9. Capital Humano e Carreiras dos Profissionais de Saúde**

O capital humano constitui o principal ativo estratégico do SNS. A Carta Sanitária operacionaliza as novas carreiras dos profissionais de saúde em vigor, enquanto instrumentos de valorização profissional, progressão baseada no mérito, retenção de talentos e melhoria do desempenho.

A articulação com o Plano Nacional de Formação Médica Graduada e Especializada (2026–2045) permitirá melhorar progressivamente o rácio profissionais/população, reduzir a dependência externa e assegurar uma distribuição territorial mais equitativa dos recursos humanos.

## **10. Suporte Técnico, Infraestruturas Especializadas e Sustentabilidade Tecnológica**

A Carta Sanitária prevê a criação de um Centro Técnico de Manutenção e Equipamentos de Saúde, assegurando gestão, manutenção e otimização do parque tecnológico nacional.

Integra a criação de um Centro de Simulação Médica e Clínica, como plataforma nacional de formação avançada, segurança do doente e inovação pedagógica.

Prevê ainda a instalação de Centros de Diagnóstico e de Centros Especializados de referência, nomeadamente:

- Centro de Cardiologia de Intervenção incluindo hemodinâmica;
- Centro Especializado em Radioterapia;
- Centro de Oftalmologia Especializada;
- Centro de Reabilitação Motora.

É conferida atenção prioritária à saúde mental e comunitária, com reforço da rede de cuidados de saúde mental, integração nos cuidados primários e articulação intersectorial.

## 11. Avaliação Contínua e Documento de Referência Nacional

A Carta Sanitária de Cabo Verde 2025 é concebida como documento dinâmico e evolutivo. A sua implementação será objeto de monitorização e avaliação contínuas, permitindo ajustamentos oportunos às mudanças da realidade nacional.

Mais do que um instrumento de trabalho, a Carta Sanitária constitui um documento de referência estruturante, destinado a decisores políticos, profissionais de saúde, investigadores, parceiros de desenvolvimento e à sociedade em geral, marcando um marco decisivo na evolução do Sistema Nacional de Saúde e na construção de respostas eficazes, equitativas e sustentáveis para os desafios das próximas décadas.

### Considerações Finais

A Carta Sanitária de Cabo Verde 2025 constitui um instrumento estratégico estruturante para a consolidação e modernização do Sistema Nacional de Saúde, projetando respostas sustentáveis aos desafios demográficos, epidemiológicos, tecnológicos e económicos do país. O documento consolida os ganhos alcançados nas últimas décadas, orienta a reorganização territorial e funcional da rede de cuidados, reforça a capacidade resolutiva nacional e valoriza o capital humano, integrando a inovação digital, a investigação científica e a sustentabilidade financeira como pilares do sistema.

A Carta assume uma visão de longo prazo, alinhada com o quadro constitucional do direito à proteção da saúde, com a Agenda 2030 e com os compromissos internacionais de Cabo Verde, afirmando-se como referência para decisores políticos, profissionais de saúde, investigadores, parceiros de desenvolvimento e sociedade civil. A sua implementação exige liderança política, rigor técnico, monitorização contínua e capacidade de adaptação a uma realidade em constante transformação.

Neste contexto, a integração estruturada e regulada do turismo de saúde surge como uma oportunidade estratégica complementar, capaz de contribuir para a sustentabilidade do sistema e para o desenvolvimento económico nacional, sem comprometer os princípios da equidade, universalidade e primazia do interesse público. Assente em infraestruturas diferenciadas, centros especializados e recursos humanos qualificados, o turismo de saúde deverá ser orientado de forma seletiva, com enquadramento regulatório claro, contratualização transparente e reinvestimento dos ganhos no fortalecimento do Serviço Nacional de Saúde.

Em síntese, a Carta Sanitária de Cabo Verde 2025 representa um marco decisivo na construção de um sistema de saúde moderno, equitativo, resiliente e sustentável, preparado para responder às necessidades da população e às exigências das próximas décadas, contribuindo simultaneamente para a coesão social e o desenvolvimento do país.